obterem as facilidades indispensáveis à frequência do curso, tendo em atenção o período de adaptação que o antecede.

Art. 2.º Os candidatos serão classificados segundo a média das classificações por eles obtidas, na Escola Naval, nas cadeiras de análise infinitesimal, de mecânica racional, de desenho de máquinas, de desenho de construção naval, de arquitectura naval, de elementos de máquinas de vapor e sua demonstração e de elementos de máquinas de combustão interna e sua demonstração, média que deverá ser aproximada a centésimos de valor.

§ único. Em igualdade de classificação serão consideradas, sucessivamente, condições de preferência o maior tempo de navegação em segundo tenente, o maior tempo de embarque no mesmo posto e a menor idade.

Art. 3.º A classificação a que se refere o artigo anterior será efectuada por uma comissão composta pelo director da Escola Naval, pelo chefe da 2.ª Secção da Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada e por três engenheiros construtores navais, sendo a nomeação dos candidatos, pela ordem da classificação, ordenada pelo Ministro da Marinha, sob proposta do superintendente dos serviços da armada.

§ único. A comissão incumbirá também propor a escola estrangeira em que deverá ser efectuado o curso, tratar todos os assuntos relativos ao mesmo, ao período de adaptação que o antecede e ao tirocínio que se lhe segue, e efectuar a classificação final dos oficiais para ingresso no quadro da classe dos engenheiros construtores navais.

Art. 4.º O curso de engenheiro construtor naval será efectuado numa escola estrangeira da especialidade, escolhida pelo Ministro da Marinha, sob proposta da comissão referida no artigo anterior, antecedido de um período de adaptação, de duração não inferior a dois meses, durante o qual os candidatos nomeados frequentarão estaleiros de construção naval para aprenderem a terminologia técnica estrangeira e se iniciarem na observação de processos de construção, e seguido de um tirocínio, de duração não inferior a seis meses, devendo ambos realizar-se, de preferência, no país onde fôr feito o curso.

§ 1.º O programa e a duração do tirocínio serão fixados por despacho do Ministro da Marinha, sob proposta da comissão referida no artigo anterior, e desse tirocínio deverá ser apresentado relatório dentro do prazo de três meses, que poderá ser colectivo se os dois oficiais tirocinantes tiverem trabalhado em comum.

§ 2.º O tirocínio a que a escola estrangeira obrigar, findo o curso, para a concessão do respectivo diploma poderá ser incluído no tirocínio exigido neste artigo.

Art. 5.º A duração normal do curso será a fixada no regulamento da escola em que fôr efectuado, mas poderá ser autorizada a sua prorrogação por mais um ano desde que ela se justifique por doença grave ou prolongada do oficial ou por outra causa de força maior.

Art. 6.º Enquanto permanecerem em território estrangeiro, os oficiais dependerão do chefe da missão diplomática de Portugal nêle acreditado.

§ único. As relações entre os oficiais e o chefe da missão diplomática poderão decorrer por intermédio das autoridades consulares com jurisdição nos locais onde forem feitos o período de adaptação, o curso e o tirocínio.

Art. 7.º Durante o curso e o tirocínio os oficiais deverão comunicar, por escrito, ao chefe da Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada e ao chefe da missão diplomática de que dependam, directamente ou por intermédio da autoridade consular local, os resultados dos exames e dos trabalhos práticos efec-

tuados, comunicações que deverão ser feitas de modo regular, isto é, à medida que os exames forem sendo realizados e os trabalhos práticos decorrendo.

Art. 8.º A classificação final dos oficiais para efeitos de mérito relativo e ordem de entrada no quadro da classe dos engenheiros construtores navais será determinada pela classificação do respectivo curso, se a houver, pela classificação do exame final ou ainda pela média, aproximada a centésimos, das classificações obtidas nas cadeiras que constituírem o curso e no tirocínio, sendo este classificado pela comissão referida no artigo 3.º

§ único. Não existindo elementos para proceder à classificação final ou em igualdade de classificações, a ordem de ingresso no quadro da classe dos engenheiros construtores navais será a da antiguidade relativa dos oficiais.

Art. 9.º A data de ingresso dos oficiais no quadro da classe dos engenheiros construtores navais é a do dia em que fôr aprovada, por despacho do Ministro da Marinha, a sua classificação final.

§ único. Os oficiais ingressarão na classe dos engenheiros construtores navais como segundos tenentes, sendo nessa altura abatidos ao quadro da classe de marinha.

Art. 10.º As cartas ou os diplomas de curso serão apresentados na Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada para efeitos de registo.

Art. 11.º Os oficiais nomeados para a frequência do curso de engenheiros construtores navais receberão o soldo e o vencimento de exercício do seu posto e durante a permanência no estrangeiro e nas viagens de ida e de regresso receberão também uma ajuda de custo, fixada por despacho do Ministro da Marinha, nos termos do artigo 12.º do decreto-lei n.º 33:834, de 4 de Agosto de 1944.

Art. 12.º As despesas de transporte, as propinas e outras despesas a satisfazer nos estaleiros ou nas escolas onde forem feitos o período de adaptação, o curso e o tirocínio constituirão encargo do Ministério da Marinha.

Art. 13.º Este decreto revoga e substitue o decreto n.º 23:972, de 6 de Junho de 1934.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Tomaz* — *Augusto Cancela de Abreu* — *Marcelo José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Mata* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Despacho

De harmonia com o disposto no artigo 8.º do decreto n.º 34:370, de 5 de Janeiro de 1945, é modificado do modo seguinte o escalão E da tabela anexa ao mesmo decreto (parte II — Recepção):

Escalão E — 23.500\$ — \$10 — 18.000\$ — \$10 — 10.850\$ — \$05 — 375.000.

Em conformidade com esta modificação, é corrigido o limite estabelecido na regra 4.ª da mesma tabela

(parte III — Regras de aplicação) de 240:000 palavras para 375:000 palavras.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 4 de Junho de 1945. — *Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano.*

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º do decreto-lei n.º 34:600, de 14 de Maio de 1945, mandado publicar em todas as colónias, para nas mesmas ter imediata execução, pela portaria n.º 10:968, de 23 dêsse mês, se publica a seguinte resolução, aprovada em Conselho de Ministros em 29 do mesmo mês:

As pessoas singulares que depois de 1 de Setembro de 1939 ficaram sem nacionalidade são, para todos os efeitos do decreto-lei n.º 34:600, de 14 de Maio de 1945, consideradas com a nacionalidade que tinham àquela data.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Direcção Geral de Administração Política e Civil, 8 de Junho de 1945. — O Director Geral, *José Bossa.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:660

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea g) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 103.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito

especial da quantia de 500.000\$, destinado a reforçar a verba de despesas de anos económicos findos inscrita no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios no capítulo 10.º, artigo 886.º

Art. 2.º São anuladas no orçamento do Ministério da Educação Nacional actualmente em vigor as seguintes importâncias:

Capítulo 3.º	
Artigo 109.º, n.º 1)	80.000\$00
Artigo 119.º, n.º 1)	120.000\$00
Artigo 231.º, n.º 1)	110.000\$00
Artigo 240.º, n.º 1)	90.000\$00
Artigo 345.º, n.º 1)	100.000\$00
	500.000\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1945. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Lette — José Caetano da Mata.*

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 5 de Junho corrente, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, com acôrdo prévio de S. Ex.ª o Ministro das Finanças, de conformidade com o disposto no artigo 1.º do decreto-lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944, autorizou a transferência das quantias de 90.000\$ e 45.000\$, respectivamente das alíneas a) e b) do n.º 1.º do artigo 651.º, capítulo 3.º, para a alínea c) dos mesmos número, artigo e capítulo do orçamento do Ministério da Educação Nacional aprovado para o ano económico de 1945.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 6 de Junho de 1945. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda.*